

# Resenha: KANT, I. Prolegômenos a toda metafísica futura que se possa apresentar como ciência

[Tradução de Joaosinho Beckenkamp. Petrópolis: Vozes, 2025]

Rômulo Guimarães<sup>1</sup>

Universidade Federal do ABC (Santo André, Brasil)

DOI: 10.5380/sk.v23i2.100687

---

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (2020), com estágio doutoral na Friedrich-Schiller-Universität Jena (2018/2019) e pós-doutorado pela Universidade Federal do Paraná – UFPR (2022–2024), em cooperação com a Universität Vechta. Atualmente é pós-doutorando na Universidade Federal do ABC – UFABC e pesquisador colaborador na Universidad de Granada, no âmbito do projeto EDITRACK – Edición y traducción al español de las Críticas de Kant. Membro da Sociedade Kant Brasileira desde 2016. E-mail: r\_eisinger\_guimaraes@yahoo.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1912-8242>

Que, por um lado, a chamada “década silenciosa” — que compreende o período entre a publicação da *Dissertatio*, em 1770, e a primeira edição *Crítica da razão pura*, em 1781 — não tenha sido tão introspectiva quando se pode pensar, isso se verifica pelo fato de Kant ter publicado, neste meio tempo, alguns pequenos ensaios e resenhas<sup>2</sup> — escritos em paralelo a (e se servindo de) suas atividades como Professor Titular de Lógica e Metafísica na Universidade de Königsberg.<sup>3</sup> Que, por outro, tal década fermentou “uma mudança de estilo [...] profunda e [...] radical [...] [, que] não se mostra em lugar algum da história da literatura e da filosofia” (Cassirer, 2021, p. 138)<sup>4</sup>, isso torna a “ansiedade [de Kant] justificada acerca de como o público letrado reagiria” (Beckenkamp, 2025, p. 7) ao fruto desta interfase filosófica: a publicação da *Crítica da razão pura*.

Tamanha expectativa, no entanto, parece ter sido igualada (se não superada) “pelo silêncio com que [aquele público] honrou [sua] *Crítica*” (Prol, AA 04: 380),<sup>5</sup> quando esta veio à tona. Ora, Kant tinha plena consciência de que o tipo de investigação por ele ali empreendida — e o esforço do leitor para acompanhá-la — “sempre permanecerá árduo, porquanto envolve a *Metafísica da Metafísica*” (Br, AA 10: 269). Tampouco tomou o cuidado para torná-la, num primeiro momento, mais palatável — e isso fica evidente na sua consideração no que diz respeito à clareza do texto da primeira *Crítica*, onde Kant afirma que

O leitor tem o direito de exigir não apenas, em primeiro lugar, uma *clareza discursiva* (lógica) *por meio de conceitos*, mas também, em seguida, uma *clareza intuitiva* (estética) *por meio de intuições*, i.e., exemplos ou outras elucidações *in concreto*. Da primeira eu cuidei suficientemente. Mas isto, que dizia respeito à essência de meu projeto, acabou sendo também a causa contingente de eu não poder dar a devida atenção à segunda exigência, que, embora não tão forte, é todavia justa. Em quase todo o curso de meu

2 Cf., e.g., a Resenha do escrito de Moscati: *Da diferença corpórea essencial entre a estrutura dos animais e a dos homens*, publicada em 23 de agosto de 1771, no *Königsbergische gelehrte und politische Zeitungen*, n. 67, p. 265 ss; o (para dizer pouco) controverso — em virtude “do caráter politicamente sensível e polêmico da discussão racial, bem como de algumas afirmações pejorativas acerca de diferentes grupos étnicos” (Hahn, 2010, p. 8) — ensaio *Das diferentes raças humanas*, publicado inicialmente em 1775, revisitado e republicado em 1777; bem como os dois *Ensaios relativos ao Filantrópico*, publicados em 28 de março de 1776, e em 27 de março de 1777 — o primeiro, anonimamente, mas com autoria “atestada pelo manuscrito anexo à carta enviada a Christian H. Wolke, em 28 de março de 1776 (Br, AA 10, 194)” (Hahn, 2019, p. 371, nota 1) —; o segundo, sim, firmado com a letra “K” ao pé do texto, e cuja reimpressão, no mesmo ano, no *Pädagogische Unterhandlungen*, editado Johann Bernhard Basedow e Christian Heinrich Wolke, fundadores do *Filantrópico* de Dessau, remove qualquer dúvida de que “K” refere-se a “Kant” (Cf. Louden, 2007, p. 99).

3 Relaciona-se a tônica destes escritos com a carreira acadêmica de Kant junto à Universidade de Königsberg pelo fato de que “nas suas aulas Kant revela a extraordinária amplitude de seu horizonte. Não ensina somente lógica e metafísica, mas também física matemática e geografia física [...], antropologia e pedagogia [...], filosofia da religião (teologia natural), moral, direito natural [...] encyclopédia filosófica [...] e até mesmo fortificação e pirotecnia” (Höffe, 2005, p. 12).

4 Ora, embora Cassirer afirme que “somente com muito esforço ainda se pode reconhecer no autor da *Crítica da razão pura* o escritor que redigiu as *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime* ou os *Sonhos de um visionário*” (Cassirer, 2021, p. 138), sobre alguns temas (sobretudo alguns bastante delicados), parece possível, sim, reconhecer uma certa continuidade no pensamento pré- e pós-Crítica do filósofo de Königsberg. Para uma abordagem de em que medida Kant abandona ou mantém sua argumentação sobre, e.g. diferentes raças e gêneros, Cf., Kleingeld, 2023, 98 ss.

5 As citações das obras de Kant seguem a *Akademie-Ausgabe* — mesmo padrão adotado oficialmente pela Sociedade Kant Brasileira e demais sociedades Kant internacionais. Desse modo, as citações obedecem ao seguinte formato: ABREVIATURA, AA (volume): página. Com exceção das duas edições da *Crítica da razão pura* — as quais serão indicadas como edição A e/ou B, seguida da paginação — as demais obras de Kant seguirão a notação acima indicada. Para citar a obra Hume, utilizo como referência a edição de *The Philosophical Works of David Hume*, publicada em 1826, em 4 volumes. A citação será indicada da seguinte maneira: PW (volume): ABREVIATURA, paginação. Utilizo T para abreviar *Treatise of human nature* (*Tratado da natureza humana*). Para a obra de Berkley, a referência é *The Works of George Berkeley, Bishop of Cloyne*, publicados entre 1948 e 1957, em 9 volumes, indicada da seguinte forma: WGB (volume): ABREVIATURA, paginação. A abreviatura PHK corresponde a *Treatise concerning the principles of human knowledge* (*Tratado sobre os princípios do conhecimento humano*). Finalmente, para a obra de Descartes, utilizo a edição de Charles Adam e Paul Tannery, publicada entre 1897 e 1913, em 13 volumes, das *Oeuvres de Descartes*, com a seguinte indicação: ABREVIATURA, AT (volume), paginação, e a abreviatura Med para *Meditationes de prima philosophia* (*Meditações concernentes à primeira filosofia*). Quanto às citações, destas e de outras obras, ao menos que indicado o contrário, dizem respeito aos textos originais. No que diz respeito aos textos que não estão disponíveis em língua portuguesa, toda tradução é de minha responsabilidade (motivo pelo qual não será indicado “tradução nossa” ao final de cada citação).

trabalho, fiquei constantemente em dúvida quanto a como lidar com isso. Exemplos e elucidações me pareciam sempre necessários e, assim, encontraram de fato, no primeiro esboço, os seus devidos lugares. Eu logo percebi, contudo, a grandeza de minha tarefa e a variedade dos objetos com que teria de lidar, e, como me dei conta de que estes talvez fossem suficientes para, numa linguagem seca e meramente escolástica, completar o trabalho, julguei pouco aconselhável estendê-lo ainda mais com exemplos e elucidações que somente são necessários de um ponto de vista popular, afinal, este trabalho não poderia pautar-se de modo algum pelos costumes populares, e os verdadeiros conhecedores das ciências não necessitam tanto assim dessa suavização, que é sempre agradável, mas aqui poderia até mesmo ir contra os fins do trabalho. [...] *Muitos livros poderiam tornar-se bem mais claros se não tentassem ser tão claros.* Pois os meios auxiliares da clareza, que de fato ajudam no detalhe, com frequência atrapalham *no geral*, na medida em que não permitem ao leitor chegar rápido o suficiente a uma visão de conjunto do todo e, mesmo com todas as suas cores brilhantes, acabam por embaralhar e tornar irreconhecível a articulação ou estrutura do sistema, da qual em geral depende, todavia, a possibilidade de julgar sobre a unidade e a solidez do mesmo (KrV, A XVII-XIX).

Nada obstante, com o que Kant não contava era, de um lado, a ausência de reação imediata (por ele aguardada) de alguns colegas (em particular, de Moses Mendelssohn, Christian Garve e Johann Tetens (Cf. Br, AA 10: 270; 341), e, por outro, uma resenha anônima publicada na *Göttingische Gelehrte Anzeigen*, em 19 de janeiro de 1782 – cujo resenhista, de acordo com Kant, “parece não ter compreender de modo algum do que se tratava propriamente na investigação de que [ele se ocupou] (feliz ou infelizmente)” (Prol, AA 04: 373).

No que diz respeito ao silêncio manifesto<sup>6</sup> de Mendelssohn, Garve e Tetens, Kant parece justificá-lo pelo fato de sua *Crítica* impelir “um adiamento do juízo”, justamente por se tratar de uma “obra que abandona todos os caminhos usuais e envereda por um novo, no qual não é fácil se encontrar de imediato, [e que] talvez possa ter algo pelo qual um importante ramo do conhecimento humano, agora ressequido, poderia ganhar nova vida e fecundidade” – o que exigiria, conclui ele, “um cuidado para não quebrar e destruir por um juízo apressado o ainda tenro enxerto” (Prol, AA 04: 380). Assim, o aparentemente imodesto mas verossímil raciocínio de Kant é: se houve um retardo na reação à *Crítica da razão pura* por parte do público letrado, então foi porque este estava, por assim dizer, digerindo e refletindo sobre um tal divisor de águas na história da filosofia.

Já quanto à resenha da *Göttingische Gelehrte Anzeigen* – a “única reação considerável, infelizmente negativa” (Beckenkamp, op. cit., p. 7) à primeira *Crítica* –, sobre esta Kant debruçou-se com mais detalhe: daí de seus *Prolegômenos*.<sup>7</sup> Os motivos que levaram à resposta de Kant, então, seriam, de um lado, uma incompreensibilidade em virtude “de um novo jargão de difícil associação com o que se praticara em filosofia até então” (Beckenkamp, op. cit., p. 7) e, de outro, a queixa de que Kant “não escolheu o caminho do meio entre ceticismo e dogmatismo excessivos, a justa via média para retornar com calma, mesmo que não com satisfação total, ao modo de pensar mais natural”, i.e., a acusação de que sua obra não parece se afastar nem do ceticismo de David Hume, nem do idealismo (pelo próprio Kant denominado “dogmático”) de George Berkley.

6 Isso porque, eventualmente, vem à luz o fato de que tal “resenha anônima” da *Göttingische Gelehrte Anzeigen*, conquanto alterada por Johann Georg Heinrich Feder – um dos editores desta revista –, era, originalmente, da pena de Christian Garve.

7 Ora, se, de fato, tal incompreensão foi o estopim dos *Prolegômenos*, i.e., se “um dos propósitos dos *Prolegômenos* foi [...] dar uma resposta à resenha desfavorável da revista de *Göttingen*” (Beckenkamp, op. cit., p. 8), isso, ainda que se possa considerar algo “controverso na pesquisa <in der Forschung umstritten> [sobre Kant]” (Lee, 2015, p. 1853), o ponto é que tal resenha é explicitamente citada na última parte desta obra, i.e., na Solução da questão geral dos *Prolegômenos*. Contudo, se, com esta resposta, Kant erradicou incompreensões e mal-entendidos, isso é bastante questionável, visto sua afirmação de aproveitar a segunda edição da *Crítica da razão pura*, em 1986, i.e., quatro anos após os *Prolegômenos*, para não “deixar passar a oportunidade, como é justo, de remover ao máximo as dificuldades e obscuridades de que podem ter-se originado os muitos mal-entendidos que, talvez não sem [sua] culpa, alguns homens perspicazes manifestaram ao julgar este livro [i.e., a primeira *Crítica*]” (KrV, B XXXVII).

No que tange à aridez de sua obra – *i.e.*, à crítica de que esta, “mesmo que nem sempre instrua, seguidamente força a atenção até o cansaço” (Garve/Feder, *Rez. KrV*, p. 41), que possui passagens de difícil compreensão (Cf. Garve/Feder, *Rez. KrV*, p. 42), ou que até mesmo descontentam o leitor (Cf. Garve/Feder, *Rez. KrV*, p. 46) –, embora Kant deliberadamente tenha aberto mão de usar “cores brilhantes” (*KrV*, A XIX) em seu texto, ele confessa ter ficado surpreso ao

Ouvir de um filósofo queixas por causa de falta de popularidade, entretenimento e comodidade, quando se trata da existência de um conhecimento louvado e indispensável à humanidade, que não pode ser estabelecido a não ser de acordo com as mais rigorosas regras de uma exatidão escolástica, à qual pode decerto com o tempo seguir-se popularidade, mas nunca constituir o começo. Mas, no que diz respeito a uma certa obscuridade, que provém em parte da amplidão do plano, em que não se pode descurar dos pontos principais de que se trata na investigação, a queixa é então legítima, e a ela [responderia Kant] pelos presentes *Prolegômenos* (Prol. AA 04: 261).

Assim, ainda que a contragosto de Kant, os *Prolegômenos* “visam popularizar uma filosofia inicialmente acolhida com ressaca pelo público”: uma popularização por meio de “uma apresentação resumida das teses centrais de sua obra capital, enquadrando-as num esquema mais acessível ao leitor familiarizado com a matemática, a ciência natural e a metafísica da época” (Beckenkamp, op. cit., p. 10).<sup>8</sup>

Por outro lado, no que se refere à “sugestão de relações da obra tanto com o idealismo de Berkeley, por propor que o Entendimento faz os objetos a partir das aparências sensíveis, quanto com o ceticismo de Hume, o que [...] significa um ataque também à filosofia transcendental proposta na *Crítica da razão pura*” (Beckenkamp, op. cit., p. 7-8), sobre isso a resposta de Kant é diferente em cada um dos casos.

Com efeito, quanto o resenhista (ou seu editor) acuse Kant de chegar às mesmas conclusões de Hume quanto, *i.e.*, à questão da personalidade/identidade pessoal (Cf. Garve/Feder, *Rez. KrV*, p. 44-45),<sup>9</sup> bem como de, tal qual o cético de Edimburgo, “jogar uma contra a outra, fundir ou transmutar as duas espécies de sensação, a interna e a externa [...] para confundir e abalar tudo” (Garve/Feder, *Rez. KrV*, p. 47-48), a resposta de Kant a tais imputações é positiva. Isso porque ele não apenas reconhece a influência de Hume, como também, “em vez de se defender da acusação de simpatia pelo ceticismo humeano [...], se coloca em linha de continuidade com as investigações feitas por Hume” (Beckenkamp, op. cit., p. 8) – de quem “o destino [...] quis que [...] não fosse entendido por ninguém” (Prol, AA 04: 258).

Quanto à primeira, *i.e.*, ao reconhecimento da influência de Hume, já celebre é a afirmação de Kant de que aquele lhe despertou de um “sono dogmático” (Prol, AA 04: 260); quanto à segunda, *i.e.*, a continuidade de das investigações de Hume, cabe apontar que, para

8 Com efeito, sobre estas disciplinas se desdobram as três partes da “Questão geral: como é possível conhecimento a partir da Razão pura?” – a saber: “Como é possível a matemática pura?” (§§ 6-13), “Como é possível ciência natural pura?” (§§ 14-39), e “Como é possível metafísica em geral?” (§§ 40-60), esta última se estendendo à “Solução da questão geral dos *Prolegômenos*”, *i.e.*, “Como é possível metafísica como ciência?” (Prol, AA 04: 365).

9 I.e., que para o primeiro, “o conceito de personalidade [...] [não pode ser ostentado] como uma ampliação de nosso autoconhecimento através da Razão pura, que nos dá a ilusão de uma duração ininterrupta do sujeito a partir do mero conceito do eu idêntico; pois tal conceito fica girando em torno de si mesmo e não nos leva nem um pouco adiante no que diz respeito às questões concernentes ao conhecimento sintético” – segue ele linhas abaixo – “como eu, no entanto, quando quero observar o mero eu na modificação de todas as representações, não tenho nenhum outro correlato de minhas comparações a não ser eu mesmo com as condições universais de minha consciência, então só posso oferecer respostas tautológicas a todas as questões: introduzo o meu conceito e sua unidade entre as propriedades que pertencem a mim como objeto e pressuponho aquilo que se quer saber” (*KrV*, A 365-6, grifo meu); ao passo que o segundo, “ao fazer uma revisão mais cuidadosa da seção concernente à identidade pessoal [Livro I, Parte 4, Seção 6 do seu do *Tratado da natureza humana*], v[ê-se] perdido em um tal labirinto que, dev[e] confessar, não [sabe] nem como corrigir [suas] opiniões anteriores, nem como torná-las coerentes. [De modo que,] se essa não for uma boa razão geral para o ceticismo, ao menos é uma razão suficiente (como se [ele] já não tivesse bastantes razões) para guardar uma desconfiança e modéstia em todas as [suas] decisões” (PW 02: T, 556, grifo meu).

Kant, Hume “produziu uma fagulha em que se poderia decerto ter acendido uma luz, caso tivesse encontrado uma mecha receptiva cuja chama fosse cuidadosamente alimentada e aumentada” (Prol, AA 04: 257): uma mecha que, ao que parece, seria o próprio Kant, que, uma vez desperto do dogmatismo, afirma ter sido “bem-sucedido na solução do problema de Hume [no que diz respeito à metafísica e ao conhecimento *a priori*] [...] com a *Crítica da razão pura*” (Prol, AA 04: 260-261).

No que diz respeito, por sua vez, a uma associação de Kant ao idealista de Kilkenny, a resenha atribui ao sistema kantiano a consideração de que “tudo de que podemos saber e dizer algo é apenas representação e lei do pensamento, [e que] as representações, modificadas e ordenadas em nós segundo certas leis, são justamente aquilo que chamamos de objetos e mundo” (Garve/Feder, Rez. KrV, p. 47) – uma assumção sobre a qual “também Berkley constrói sobretudo seu idealismo” (Garve/Feder, Rez. KrV, p. 41).<sup>10</sup> Tal associação, contudo, à diferença da supracitada – *i.e.*, a Hume –, recebeu uma resposta mais enérgica da parte de Kant, na qual este não apenas distancia-se de Berkley (e de Descartes!), mas também rebatiza o que seria “um idealismo de tipo novo ou diferente” (Beckenkamp, op. cit., p. 10):

Pois que eu mesmo tenha dado à minha teoria o nome de idealismo transcendental, não autoriza ninguém a confundi-lo com o idealismo empírico de *Descartes* (embora esse tenha sido apenas um problema cuja irresolubilidade deixava na opinião de *Descartes* cada qual livre para negar a existência do mundo corpóreo,<sup>11</sup> porque ele jamais poderia ser respondido satisfatoriamente) ou com o idealismo místico e fantasioso de *Berkeley* (contra o qual e contra outras quimeras semelhantes nossa crítica propriamente contém antes o antídoto). Pois este por mim assim chamado idealismo não dizia respeito à existência das coisas (duvidar da qual, entretanto, constitui propriamente o idealismo no sentido tradicional), pois nunca me passou pela cabeça duvidar dela, mas apenas à representação sensível das coisas, a que pertencem no topo espaço e tempo, e em relação a estes e, portanto, geralmente em relação a todos os *fenômenos* mostrei que eles não são coisas (mas apenas modos de representar), tampouco determinações pertencentes às coisas em si mesmas. Mas a palavra “transcendental”, que para mim nunca significa uma relação de nosso conhecimento a coisas, mas apenas à *faculdade do conhecimento*, deveria evitar este mal-entendido. Antes que ela o continue ocasionando no futuro, entretanto, prefiro retirar essa designação e chamá-lo de [idealismo] crítico. Mas, se é de fato um idealismo condenável transformar coisas reais (não *fenômenos*) em meras representações, com que nome se pretende chamar aquele que, ao contrário, transforma meras representações em coisas? Penso que se poderia chamá-lo o idealismo *sonhador*, em distinção do anterior, que se poderia chamar o *fantasioso*, ambos os quais deveriam com todo direito ser excluídos do meu idealismo antes chamado transcendental, melhor, crítico (Prol. AA 04: 293-294).

10 Com efeito, esta é uma das teses centrais, apresentada já nos parágrafos iniciais, do seu *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano* – a saber: “que nem os pensamentos, nem as paixões, nem as ideias formadas pela Imaginação existem sem o espírito; e não parece menos evidente que as várias sensações ou ideias impressas nos sentidos, ligadas ou combinadas de qualquer modo (isto é, sejam quais forem os objetos que compõem), só podem existir em um espírito que as perceba. Qualquer um pode ter disto conhecimento intuitivo se notar o sentido do termo ‘existir’, aplicado a coisas sensíveis. Digo que existe a mesa onde escrevo – quer dizer, vejo-a e sinto-a; e se estiver fora do meu gabinete digo que ela existe, significando assim que se lá estivesse vê-la-ia, ou que outro espírito atualmente a vê. Houve um odor, isto é, cheirava alguma coisa; houve um som, isto é, ouviu-se algo; uma cor ou uma forma, isto é, foi percebida pela vista ou pelo tato. É tudo o que posso entender por esta e outras expressões. O que se tem dito da existência absoluta de coisas impensáveis sem alguma relação com o seu ser-percebidas parece perfeitamente ininteligível. O seu *esse* é *percipi*; nem é possível terem existência fora dos espíritos ou coisas pensantes que os percebem” (WGB 02: PHK, 42). Berkley reforçará esta ideia ao longo da obra, ao afirmar, *e.g.*, que “qualidades [...] são sensações ou ideias, só existentes em um espírito percipiente; isto é verdadeiro das ideias presentes como de todas as ideias possíveis” (WGB 02: PHK, 74). Com isso, no entanto, ele não nega que “as ideias impressas nos sentidos são coisas reais ou existem realmente [...]”, mas [negal] que existam fora do espírito percipiente ou que sejam semelhanças de arquétipos exteriores ao espírito, pois uma sensação ou ideia consiste em ser percebida, e uma ideia só pode assemelhar-se a uma ideia” (WGB 02: PHK, 90).

11 Assim se encaminha o final da primeira Meditação, a premissa de terra arrasada, sobre a qual se alicerçará o cogito cartesiano nas páginas seguintes: “considerar-me-ei a mim mesmo absolutamente desprovido de mãos, de olhos, de carne, de sangue, desprovido de quaisquer sentidos, mas dotado da falsa crença de ter todas essas coisas” (Med, AT 07: 22-23).

A tradução que aqui se apresenta, além de trazer, em seu *Apêndice*, a famigerada resenha da *Crítica da razão pura*, publicada no suplemento da revista de Göttingen, em 1782, vem acompanhada de um *Estudo introdutório*. Este último não apenas contextualiza a publicação dos *Prolegómenos*, mas também, ao pontuar a doutrina kantiana dos limites da Razão pura, “segundo a qual a determinação dos limites da Razão pura leva à interdição das pretensões cognitivas da metafísica tradicional acerca da natureza última das coisas, na qual sempre se pleiteava um conhecimento das coisas em si mesmas para lá de toda experiência possível” (Beckenkamp, op. cit., p. 12), vincula esta obra à primeira *Crítica* e, indiretamente, à terceira.

Isso porque o limite entre cognoscível e incognoscível

é algo positivo, que pertence tanto ao que se encontra dentro dele [i.e., o limitado] quanto ao espaço que se encontra fora de um dado conjunto [i.e., o limitante], assim se trata decerto de um conhecimento positivo efetivo de que a Razão só participa por se estender até esse limite, mas de maneira tal que não tenta ir além desse limite, porque lá encontra diante de si um espaço vazio, no qual ela pode certamente pensar formas para coisas, mas não coisas mesmas (Prol AA 04: 361).

Ora, por um lado, tal “conhecimento positivo efetivo”, diria ele linha acima, “é [ou melhor, só pode ser] o [conhecimento] por analogia” (Prol, AA 04: 357): um tipo de conhecimento que “tinha sido introduzido timidamente [na *Crítica da razão pura*] para legitimar um certo uso regulador, problemático ou heurístico das ideias da Razão pura” (Beckenkamp, op. cit., p. 12).

De fato, Kant esboça esta argumentação quando discute que, se a Razão tem algum uso legítimo no âmbito teórico especulativo, este é o uso doméstico, regulativo, de dirigir, ordenar e dar unidade ao conhecimento do Entendimento, para que “ele deix[e] de ser um mero agregado contingente e se torn[e] um sistema concatenado segundo leis necessárias” (KrV, A 645, B 673), vislumbrando, assim, a possibilidade de ser considerado ciência (Cf. KrV, A 832, B 860). Tal direcionamento, contudo, conquanto “inteiramente fora dos limites da experiência possível” (KrV, A 644, B 672) — porque o Entendimento produz os conceitos, os quais são necessários para a formação de conhecimento empírico, i.e., da experiência, mas não ordena nem sistematiza esse conhecimento —, aparece como algo “indispensavelmente necessári[o]” (KrV, A 645, B 673) para exercitar *<abrichten>* o Entendimento em vista de um conhecimento concatenado da experiência possível.

Por outro lado — daí a conexão com a terceira *Crítica* — mediante um conhecimento por analogia, dirá Kant, “a expressão adequada a nossos frágeis conceitos será [...] como se *<als ob>*” (Prol AA 04: 360) — mesma expressão empregada para refletir sobre a conformidade a fins da natureza. Pois, considera Kant,

tendo as leis universais da natureza o seu fundamento em nosso Entendimento, que as prescreve à natureza (ainda que somente segundo o seu conceito universal como natureza), as leis empíricas particulares têm de ser consideradas, em relação àquilo que nelas é deixado indeterminado por aquelas, de acordo com tal unidade, como se um Entendimento (mesmo que não o nosso) as tivesse dado, em benefício de nossa faculdade de conhecimento, para tornar possível um sistema da experiência segundo leis particulares da natureza. Não como se desse modo tal Entendimento tivesse de ser efetivamente admitido (pois é apenas a faculdade de julgar reflexionante que se serve dessa ideia como princípio para refletir, não para determinar); mas esta faculdade se dá com isso — apenas a si mesma, não à natureza — uma lei (KU, AA 05: 180).<sup>12</sup>

12 Cf. também EEKU, AA 20: 200; 216; 232. Além disso, a discussão sobre um sobre pensamento regulativo, diante da impossibilidade de se determinar algo sobre o que se julga, dialoga com o ensaio de 1786, *O que significa orientar-se no pensamento?*. Pois é ali onde Kant afirma que, quando “somos limitados pela falta do conhecimento com relação aos elementos necessários para o juízo, então torna-se necessária uma máxima, de acordo com a qual possamos decidir nossos juízos. Porque a Razão quer ser satisfeita” (WDO, AA 08: 136); é ali onde ele nos fala de um “direito de precisão *<Bedürfnis>* da Razão”, de supor e admitir, como fundamento subjetivo “aquilo que ela com fundamento objetivo não pode pretender saber [...] porque tudo aquilo a que ela pode ligar um conceito não satisfaz essa precisão” (WDO, AA 08: 137-139, grifo meu); e, finalmente, é ali onde explica que esta precisão sentida pela Razão não é outra coisa senão um reflexo de sua “tendência ao conhecimento” *<Erkenntnißtrieb>* (WDO, AA 08: 139, nota).

Ora, sobre a relevância da presente tradução dos *Prolegômenos*, cabe pontuar que ela vem a somar o *hall* das recentes traduções de excelência das obras de Immanuel Kant, da Coleção *Pensamento Humano*, da Editora Vozes. Tal coleção não só vem se consolidado como uma das principais fontes lusófonas da filosofia kantiana (publicando tanto novas traduções de obras já publicadas anteriormente – como é o caso, e.g., das três *Críticas*, da *Metafísica dos Costumes*, da *Religião nos limites da simples Razão*, dentre outros títulos –, bem como traduções até então inéditas em língua portuguesa – como as *Vorlesungen*), mas se dedicando, também, à publicação de obras fundamentais da filosofia como um todo.

No que diz respeito a sua qualidade, finalmente, estamos diante de mais um empreendimento de um perito em filosofia clássica alemã – em particular, da filosofia kantiana, pós-kantiana e do Idealismo alemão (Fichte, Hölderlin, Hegel, dentre outros). Os artigos, livros, capítulos e traduções (não sendo esta sua primeira de um texto de Immanuel Kant) publicados pelo Professor Joãozinho Beckenkamp sobre o tema davam-nos esperança de que esta se trataria de uma tradução técnica especializada – equilibrando rigor e refinamento. Uma esperança, creio eu, devidamente recompensada.

## Referências

- BECKENKAMP, J. Estudo introdutório. In: KANT, I. *Prolegômenos a toda metafísica futura que se possa apresentar como ciência*. Trad. Joãozinho Beckenkamp. Petrópolis: Vozes, 2025.
- BERKELEY, G. *A Treatise Concerning the Principles of Human Knowledge*. In: BERKELEY, G. *The Works of George Berkeley, Bishop of Cloyne*, 9 vols. (vol. 2). Ed. Arthur Aston Luce e Thomas Edmund Jessop. London: Thomas Nelson and Sons, 1949.
- BERKELEY, G. Tratado sobre os princípios do conhecimento humano. Trad. Antonio Sérgio. In: BERKELEY, G.; HUME, D. *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano; Três diálogos entre Hílas e Filonous em oposição aos céticos e ateus; Investigação sobre o entendimento humano; Ensaios morais, políticos e literários*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Col. Os Pensadores XXIII)
- DESCARTES, R. Meditações. Trad. Jacó Guinsburg e Bento Prado Júnior. In: DESCARTES, R. *Discurso do método; Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Col. Os Pensadores XV)
- DESCARTES, R. *Meditationes de prima philosophia*. In: DESCARTES, R. *Oeuvres de Descartes*, 13 vols. (vol. 7). Ed. Charles Adam e Paul Tannery. Paris: Léopold Cerf, 1904.
- CASSIRER, E. *Kant: vida e doutrina*. Trad. Rafael Garcia e Leonardo Rennó Ribeiro Santos. Petrópolis: Vozes, 2021.
- GARVE, C.; FEDER, J. G. H. *Kritik der reinen Vernunft*. Von Immanuel Kant. 1781 [Rezension]. *Zugabe zu den Göttingischen Anzeigen von gelehrten Sachen*, Göttingen, n. 3, p. 40-48, jan. 1782.
- HAHN, A. Ensaios relativos ao Filantrópico de Immanuel (tradução, apresentação e notas). *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, Brasília, v. 7, n. 3 (Dossiê A Ideia de Universidade Pública e os Desafios Atuais da Formação em Filosofia), p. 371-380, dez. 2019.
- HAHN, A. Estudo introdutório do texto Das diferentes raças humanas, de Immanuel Kant. *Kant ePrints*, Campinas, Série 2, v. 5, n. 5 (número especial), p. 4-9, jul.-dez. 2010.

HÖFFE, O. *Immanuel Kant*. Trad. Christina Viktor Hamm e Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HUME, D. *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. Trad. Débora Danowski. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HUME, D. *Treatise of human nature*. In: HUME, D. *The philosophical works of David Hume*, 4 vols. (vol. 2). Ed. Thomas Hill Green e Tomas Hodge Grose. Edinburgh: Adam Black, William Tait e Charles Tait, 1826.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Trad. Fernando Costa Mattos. Petrópolis: Vozes, 2015.

KANT, I. *Crítica da faculdade de julgar*. Trad. Fernando Costa Mattos. Petrópolis: Vozes, 2016.

KANT, I. *Gesammelte Schriften (Akademieausgabe)*. Berlin: Walter de Gruyter Verlag, 1900 ss.

KANT, I. *Prolegômenos a toda metafísica futura que se possa apresentar como ciência*. Trad. Joãosinho Beckenkamp. Petrópolis: Vozes, 2025.

KANT, I. Que significa orientar-se no pensamento?. In: KANT, I. *Textos seletos*. Edição bilíngue (Introd. Emmanuel Carneiro Leão; Trad. Raimundo Vier e Floriano de Souza Fernandes). Petrópolis: Vozes, 1974.

KLEINGELD, P. Sobre como lidar com o sexismo e o racismo de Kant. Trad. Angélica Godinho da Costa e Vinicius Carvalho. *Studia Kantiana*, Curitiba, v. 20, n. 3, p. 97-110, jul. 2023.

LEE, S-K. Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik, die als Wissenschaft wird auftreten können. Trad. Birger Brinkmeier. In: WILLASCHEK, M.; STOLZENBERG, J.; MOHR, G.; BACIN, S. (Ed.). *Kant-Lexikon*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2015.

LOUDEN, R. B. Translator's introduction to Essays regarding the Philanthropinum (1776/1777). In: KANT, I. *Anthropology, History, and Education*. Ed. Günter Zöller e Robert B. Louden (The Cambridge Edition of the Works of Immanuel Kant). Cambridge: Cambridge University Press, 2007.